

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

REDEESCOLA

Encontro Nacional 2015

REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

10 A 12 DE JULHO DE 2015

RIO DE JANEIRO

Sumário

Renovar para fortalecer.....	2
Conhecer para compartilhar, compartilhar para conhecer	5
Escolas em diálogo	7
Experiências chilenas inspiram Brasil	10
Formação em saúde pública.....	13
Preparação para a 15ª Conferência Nacional de Saúde	17
Agência de acreditação pedagógica e Educação a Distância.....	18
A nova cara da Rede	21
Marco regulatório.....	25

Renovar para fortalecer

O Encontro Nacional 2015 da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola) trouxe novidades importantes, desde uma nova identidade de marca até a sinalização de uma parceria internacional. A reunião aconteceu no Rio de Janeiro entre 10 e 12 de julho e reuniu representantes das 49 instituições que integram a RedEscola, além dos membros de sua Secretaria Técnico Executiva (STE) e outros convidados – destacaram-se as representações da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), da Escola de Saúde Pública Dr. Salvador Allende, do Chile e da Secretaria de Gestão do Trabalho Educação na Saúde (SGTES/MS).

A abertura do evento contou com as participações da coordenadora da STE, Rosa Souza, do presidente da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Hermano Castro, do vice-presidente da Escola de Governo (EG/ENSP), Frederico Peres, e de Domício Sá, pesquisador da Fiocruz Pernambuco e membro do Grupo de Condução da Rede.

Hermano Castro afirmou a importância da Rede para o enfrentamento de retrocessos que estão em pauta no país. “Nesse contexto, a gente precisa se fortalecer e brigar para que esses retrocessos não ocorram. Isso é papel das instituições e de todas as pessoas que acreditam que podemos ter um país soberano, no caminho da igualdade, do enfrentamento das iniquidades sociais, de modelos de desenvolvimento socialmente sustentáveis. O campo da saúde pública tem um papel fundamental nessa discussão. E, quando falamos em formação, estamos discutindo justamente o papel político dos formadores, daqueles que farão com que as mazelas sejam superadas”, disse.

Essa foi também a posição de Domício Sá, para quem a atuação em rede deve ser um elemento importante no enfrentamento às adversidades atuais. “O SUS tem carecido de um movimento sanitário para salvar aquilo que lutamos tanto para conseguir no plano formal e, agora, precisamos salvar no plano real”, afirmou ele, ressaltando que a RedEscola pode funcionar como um apoio para encontrar saídas.

Frederico Peres adiantou um dos temas que seriam abordados ao longo do Encontro: a transferência de tecnologia em Educação a Distância da ENSP para as Escolas da Rede. “Temos

dado prioridade a projetos que vão fortalecer a cooperação institucional, como o da EaD”, declarou.

Em sua fala, Rosa Souza, destacou a mobilização das Escolas para o Encontro e o clima de renovação. “Verificamos uma plenária repleta, com representantes de Norte a Sul do país, que prontamente atenderam ao chamado para o Encontro. E, ao mesmo tempo em que vislumbramos o amadurecimento da Rede, percebemos um movimento intenso de engajamento de novos atores, o que nos enche de energia e boas expectativas”, avaliou.

O Encontro também abrigou a eleição de novos integrantes para o Grupo de Condução, sendo três titulares e cinco suplentes. Como titulares, foram eleitos: Tatiana Wargas (ENSP/Fiocruz) e Paulo Capel Narvai (FSP/USP), pela região Sudeste, e Stella Ribeiro (ESP/RS), pela região Sul. Como suplentes, foram escolhidos: Roseni Sena (ESP/MG), Márcio Almeida (ESP/PR), Juliana Bruno (FESP-Palmas), Célia Santana (ESP/PE) e Nelson Barbosa (ESP/GO).

A programação do evento foi a seguinte:

10 de julho, quarta-feira

Manhã:

- Mesa de abertura
- Sistema de informação: conhecer para compartilhar, compartilhar para conhecer

Tarde:

- Exposição de experiências das Escolas
- Identidade de marca
- Escola de Saúde Pública Dr. Salvador Allende (Chile)

11 de junho (quinta-feira)

Manhã:

- Exposição de experiências das Escolas
- Formação em Saúde pública

Tarde:

- Exposição de experiências das Escolas
- 15ª Conferência Nacional de Saúde: estratégias para a atuação em rede
- Educação a distância: transferência de tecnologia

12 de junho (sexta-feira)

Manhã:

- Exposição de experiências das Escolas
- Discussão sobre o marco regulatório da Rede

- Pactuação da Agenda Estratégica da Rede 2015/2016

Tarde:

- Eleição do Grupo de Condução
- Acolhimento das novas escolas integrantes
- Encerramento

Conhecer para compartilhar, compartilhar para conhecer

O embrião do projeto *Conhecer para Compartilhar, compartilhar para conhecer* já havia sido apresentado aos membros da RedEscola ainda em 2014, durante o 10º Encontro Nacional. Na ocasião, a equipe da Secretaria Técnica Executiva mostrou o quanto era importante impulsionar a comunicação entre todos os elos dessa rede e apresentou o protótipo de um sistema de informação que seria desenvolvido para ajudar no processo.

No período que se seguiu, o sistema começou a tomar forma, e os primeiros resultados relacionados a ele foram expostos no Encontro de 2015 pela professora Rosa Souza, coordenadora da STE.

Ela explicou que o *Conhecer para Compartilhar* é o ponto de partida para a organização desse sistema e, para alavancar o projeto, todas as Escolas da Rede – na época, 48 – receberam um questionário a ser respondido; houve retorno por parte de 32 delas. “A questão que se colocava era: como podemos trabalhar em rede sem conhecer as unidades que a integram? Era preciso conhecer para dentro. Daí a importância de um trabalho preliminar de coleta e dados e informações para apoiar a gestão das escolas e da própria Rede”, justificou a professora.

Foram analisados aspectos de quatro dimensões: administrativa/gerencial; de infraestrutura; pedagógica; e de comunicação.

Os resultados mostraram que a maior parte das Escolas já definiu sua missão, sua visão e seus valores, mas quase metade delas ainda não possui um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e 16% ainda não construíram um Projeto Político Pedagógico (PPP). Secretaria, laboratórios diversos e biblioteca estão presentes na quase totalidade das instituições.

Outro ponto observado foi que, em 2013, havia quase quatro mil alunos inscritos em cursos lato sensu presenciais ofertados pelas instituições da RedEscola, e mais de dois mil alunos concluintes. Na modalidade a distância, havia 2,7 mil inscritos e 1,2 mil concluintes.

Cerca de 70% das escolas afirmaram possuir assessorias de comunicação, mas 68% disseram não ter nenhum plano ou política de comunicação. E, embora 81% das Escolas tenham site, apenas 19 das 32 instituições relataram fazer uso das mídias sociais. A mesma quantidade afirmou produzir publicações, como jornais, revistas, informativos e livros. Na avaliação de Rosa, a estrutura de comunicação nas Escolas é de grande importância. “Na perspectiva do espírito de rede, a comunicação é fundamental porque permite maior facilidade para compartilhar, trocar”, ressaltou.

De acordo com Rosa, após essa primeira sistematização do questionário, o próximo passo é avançar para a realização de entrevistas.

Escolas em diálogo

As instituições, participantes do Encontro tinham tanto a compartilhar, discutir e propor, que o espaço da programação oficial ficou pequeno. Para desenvolver melhor alguns temas, elas solicitaram à organização do evento que disponibilizasse um-local para reuniões à noite, e realizaram assim suas Rodas de Conversa.

Além disso, para estreitar ainda mais os laços entre elas, a programação do evento replicou uma ideia que deu certo no Encontro do ano anterior e que provavelmente se tornará tradição: em quatro sessões distribuídas ao longo dos três dias, as Escolas que desejaram puderam expor e compartilhar suas experiências. Ao todo, nove relatos foram dados.

A Escola de Saúde Pública do Mato Grosso relatou a implementação do processo de acreditação pedagógica de seu curso de especialização em saúde da família, o que tem sido realizado graças ao projeto *Acreditação Pedagógica dos Cursos lato sensu em Saúde Pública e Formação em Saúde Pública: uma possibilidade de caminhos convergentes*, desenvolvido pela RedEscola. Já a ESP-PR apresentou sua experiência com o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ).

De Goiás, a Escola Estadual de Saúde Pública Cândido Santiago apresentou a estrutura e o funcionamento de seu curso integrado de atenção primária à saúde, que é feito em modalidade semipresencial regionalizada e engloba três componentes: o curso básico, o curso de aperfeiçoamento e o curso de especialização em atenção primária. A ideia é que, se completar todas as etapas, o profissional pode requerer um título de especialização em atenção primária. Foi informado que o Conselho Nacional de secretarias Municipais de Saúde (Cosems) já procurou a Escola visando à realização de um curso básico para gestores municipais. Pretende-se desenvolver, também para esta demanda, um curso integrado, com um percurso ao fim do qual os gestores possam requerer o título de especialista em gestão.

A Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, no Ceará, trouxe informações sobre o projeto projeto *Territórios e Saúde em Foco*, que tem como objetivo vivenciar a territorialização como estratégia de gestão e reorganização do processo de trabalho.

O processo de certificação do Centro Saúde Escola do Marco como unidade de ensino foi abordado na apresentação da Universidade Federal do Pará. A ideia era fazer deste um projeto piloto. Assim, são criados critérios para compor um projeto de certificação para as unidades ambulatoriais do Estado que servem como unidades de ensino aliadas às instituições de ensino superior, possibilitando a aproximação entre formação e assistência. O processo – que no momento do Encontro já estava em curso havia quase um ano –, envolvia todos os servidores, professores e alunos. Ao mesmo tempo, havia forte articulação entre a universidade, a secretaria estadual de saúde e a Escola do Marco, validando o caráter multiprofissional do projeto.

A Escola Municipal de Saúde Pública e Goiânia relatou a criação de grupos de articulação da Educação Permanente em Saúde (EPS), como estratégia para implementar a EPS na cidade. De acordo com a equipe da Escola, os cursos realizados tinham grande adesão, mas promoviam pouca transformação e, portanto, não supriam as necessidades da secretaria de saúde. A formação dos grupos – com representantes tanto dos distritos sanitários quanto do nível central – foi uma aposta na possibilidade de descentralizar a EPS e estimular as experiências locais, divulgando a educação permanente como uma boa maneira para solucionar os problemas existentes.

No Ceará, há uma experiência interessante de atuação em rede para a realização do mestrado profissional em saúde da família no Ceará. Para concretizar a ideia, tendo como exemplo um modelo já existente – o a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) –, criou-se a Rede Nordeste de Saúde da Família (Renasf), cujo grande objetivo é formar e qualificar os profissionais da atenção básica, incentivando o uso de métodos de pesquisa para a tomada de decisões e para a gestão do processo de trabalho e do cuidado. Várias instituições estão envolvidas no projeto, entre elas: a Universidade Federal Vale do Acaraú, no semiárido cearense, a Fiocruz Ceará, a Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Regional do Cariri. Em 2012, foram oferecidas 100 vagas e, em 2014, o número já havia subido para 130.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro apresentou um relato sobre o Programa de Formação de Recursos Humanos em Vigilância em Saúde Ambiental, desencadeado pelo Ministério da Saúde por meio da Universidade Aberta do SUS (UNASUS). A modalidade a distância foi elegida por haver uma necessidade de formação em larga escala: quando o projeto teve início, em 2009, foram oferecidas quatro mil vagas em todo o país para cursos de especialização e extensão. A expectativa era de se seguir com a oferta de novos cursos e turmas.

Também já existem demandas de ofertas de cursos em outras línguas para outros países da América Latina, em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde (Opas).

Diálogos entre o SUS e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estiveram no cerne da exposição da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, que falou sobre Educação Popular em Saúde Mental para populações assentadas e acampadas do estado. A experiência aconteceu entre 2011 e 2013 a partir de uma demanda do próprio MST. O principal objetivo era contribuir com a produção de cuidados que corresponderem às necessidades, sobretudo aquelas relacionadas ao uso de drogas e sofrimento mental grave. Entre os resultados do projeto, estão: novas compreensões sobre o uso e abuso de drogas; um novo olhar para usuários de drogas; e o reconhecimento da importância de não se realizar práticas de atenção excludentes nos assentamentos e acampamentos.

Experiências chilenas inspiram Brasil

Uma presença importante marcou o Encontro: Óscar Arteaga Herrera, diretor da Escola de Saúde Pública Dr. Salvador Allende, no Chile, apresentou durante o evento a experiência chilena, que inclui uma interessante atuação em rede. Após sua palestra, a instituição foi convidada a ser membro honorário da RedEscola.

Fundada em 1943, ainda com o nome Escuela de Salubridad, ela sempre teve como missão melhorar a saúde pública no país, contribuindo para abordar os problemas com maior eficácia. Hoje, é a maior instituição do país em pesquisa e formação de trabalhadores. A Escola também contribuiu significativamente com a elaboração da lei que criou o Serviço Nacional de Saúde no Chile.

“Os rumos da Escola mudaram totalmente a partir do golpe militar, em setembro de 1973”, explicou Herrera: “A partir daí, foram exonerados diversos professores, inclusive o próprio diretor. A Escola tinha 30 anos na época, e foi muito duro. Houve uma mudança importante em relação à formação de sanitaristas”. No fim dos anos 1980, devido à falta de renovação do pessoal e dos programas acadêmicos, além de um considerável atraso tecnológico, a atividade da Escola ficou estagnada, e ela perdeu relevância no cenário nacional e internacional.

Apenas no fim dos anos 1990 iniciou-se um processo de modernização institucional, com a renovação do corpo acadêmico, atualização da oferta de cursos e mesmo uma reestruturação organizacional.

Hoje, a Escola oferece cursos de graduação, pós graduação e extensão, e organiza em núcleos de trabalho denominado programas. Atualmente, são oito: bioestatística; epidemiologia; nutrição de populações; políticas, sistemas e gestão em saúde; saúde ambiental; saúde global; saúde ocupacional; e saúde e comunidade.

Em 2002, a Escola criou o primeiro doutorado em Saúde Pública do Chile. Ela integra a Rede de Escolas de Saúde Pública da UNASUR e, a partir de 2010, começou a impulsionar a formação da Rede de Instituições de Formação em Saúde Pública, que tomou corpo em 2011.

Naquele ano, foram convocadas todas as instituições chilenas que ofereciam formação na área, incluindo escolas, institutos e departamentos. “Foi uma ideia bem acolhida: dez instituições participaram desse primeiro momento, e muitas outras manifestaram interesse”, disse Herrera. Em 2012, a rede foi publicizada e, atualmente, conta com 20 membros.

“O trabalho não tem sido fácil. O primeiro resultado concreto é um documento que estabelece as bases da formação de qualquer profissional da saúde pública no Chile – seus conhecimentos, suas habilidades. O segundo passo é demandar um exame único par avaliar nacionalmente os conhecimentos de todos os médicos”, disse o diretor.

Um antigo trabalhador da Escola, Márcio Almeida, também esteve presente no Encontro. Ele disse que foi um dos que precisaram sair do país a partir de 1973 e que, no fim dos anos 1990, após seu retorno, assumiu a direção da Escola. De acordo com ele, apesar de um desfalque gerado pela saída repentina de tantas pessoas, houve outra consequência: “Ao estarmos no estrangeiro, pudemos organizar o apoio a colegas que restaram no Chile. Isso foi muito importante. Muitos de nós retornamos, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, a nossas atividades médicas, alguns nos reincorporando as universidades e escolas”, lembrou.

Ditadura: lógica privada na saúde pública

Herrera explicou que uma imensa reforma na saúde se deu em um período relativamente curto da ditadura, entre 1979 e 1981. “Minha impressão é a de que a reforma na saúde aconteceu atrelada a uma reforma do sistema de pensões. Havia muito interesse econômico em transformá-lo em um sistema de capitalização privado, que permite a criação de empresas privadas para administrar os fundos de pensões em contas individuais. Isso se reflete no setor saúde. Até então, ele estava organizado fundamentalmente em torno de uma estrutura centralizada, de forma semelhante ao sistema inglês. Mas abriu-se então a possibilidade de criar empresas para administrar a saúde”, comparou.

Porém, apesar da relação intensa com o setor privado, Herrera afirmou que o sistema chileno é predominantemente público. “Nos documentos oficiais, ele se define como misto. A meu ver, trata-se de um erro conceitual que nos induz a uma armadilha, pois a expressão dá a entender

que ambos os componentes – público e privado – teriam o mesmo peso. Na realidade, são pesos incomparáveis. Exemplo disso é que o país tem ao redor de 40 mil leitos, dos quais menos de 16% são privados. O sistema de saúde chileno não é misto, mas sim predominantemente público”, disse, concluindo: “Apesar de todos os esforços e com todos os seus problemas, ele vive. O que precisamos é fortalecê-lo”.

O professor Márcio Almeida afirmou que o tema da educação está na raiz das desigualdades e iniquidades do Chile e que, para promover mudanças é preciso agir em três frentes: ofertar educação gratuita, garantir que ela não tenha fins lucrativos e investir nas instituições de formação. Ele lembrou que, ao contrário do que acontece no Brasil, no Chile todo o ensino superior – seja público ou privado – é pago. “O sistema está fundamentalmente apoiado por créditos bancários assumidos pelas famílias, que se endividam por 15, 20 ou mais anos. Isso perpetua a desigualdade. Além disso, o compromisso que o estudante assume de trabalhar para pagar seu crédito alimenta o individualismo, a preocupação pessoal em detrimento do espírito de colaboração”, avaliou. Ele, no entanto, esboçou algum otimismo: “Acredito que, mesmo com essas condições, está chegando uma geração de jovens profissionais que seguem tendo a vocação do compromisso com o serviço público, tanto nos serviços como na academia”.

Formação em saúde pública

Qual a importância dos profissionais da saúde pública para garantir um campo de resistência frente às possibilidades atuais de retrocesso no SUS? Em que medida o sanitarista formado hoje deve ser diferente daquele de uma ou duas décadas atrás? Quais são os novos desafios? Essas foram algumas das questões discutidas durante a mesa *Formação em Saúde Pública*, que contou com a participação da professora Tatiana Wargas, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Frederico Peres, vice-diretor da Escola de Governo (EG/ENSP), e Rosa Souza, coordenadora da Secretaria Técnica Executiva da RedEscola.

Frederico Peres falou sobre a importância de se “consolidar essa massa crítica de sanitaristas” e disse que o momento era oportuno para se definirem critérios de qualidade para os cursos de saúde pública. Ao tratar do projeto *Acreditação Pedagógica dos Cursos lato sensu em Saúde Pública e Formação em Saúde Pública: uma possibilidade de caminhos convergentes*, afirmou: “O projeto alia a possibilidade de distutir as capacidades formativas, a estrutura básica de uma formação em saúde pública, o perfil desejado do egresso, a possibilidade de termos no Brasil um conjunto de escolas que possam ofertar essa formação básica com os mesmos princípios e padrões e, sobretudo, ter uma oferta sustentável no atual contexto financeiro e político”.

Para Tatiana Wargas, a Rede parte do pressuposto de que é necessário promover um diálogo entre as Escolas de modo a reconhecer suas necessidades de formação em saúde pública e saúde coletiva. Ela disse que essa é uma tarefa difícil, e contou como vem sendo pensada na ENSP: “Nos últimos anos temos tido alguns momentos de discussão e oficinas de trabalho para retomar nosso debate em torno do PPP [projeto político-pedagógico] da Escola. Isso parece um grande fetiche, algo distante do dia a dia concreto, da construção de cursos propriamente, mas tem sido fundamental para nós. É assim que refletimos sobre o que queremos, para onde queremos apontar nosso ensino, qual o papel da ENSP como uma escola que deve atender às demandas do seu território mas também promover parcerias no território nacional e até internacional”, disse.

De acordo com a pesquisadora, é importante fazer parte de um momento como o Encontro Nacional da RedEscola, com instituições que já haviam sido parcerias da ENSP em cursos descentralizados e que, hoje, constroem seus próprios projetos. “A ENSP não deve ser a

única, temos que ter muitas escolas e trabalhar em parceria. Essa é a mensagem atual. E ser parceiro é diferente de implementar projetos, de levar ‘daqui para lá’. É pensar junto. Cada escola vai pensar seu PPP de acordo com a sua realidade. E nós vamos colaborar naquilo que entendemos”, afirmou Tatiana.

Para discutir a formação de novos sanitaristas especificamente, ela disse que é preciso pensar sobre o que significa a própria formação em saúde, quem são os trabalhadores a ser formados e como eles estão implicados nas atividades do SUS. “Temos que provocar uma discussão sobre nosso ambiente, sobre quem são nossos prestadores de serviços, sobre como tudo isso está permeado por um processo de mercantilização da saúde que não é apenas externo ao SUS, mas interno. Precisamos enfrentar isso como debate. Com tudo isso em pauta, podemos olhar as propostas do Ministério da Saúde e das secretarias e perguntar: onde estamos? Para onde essas propostas estão apontando?”, refletiu. Na avaliação de Tatiana, isso é o que renova o olhar sobre a necessidade de uma formação crítica, colada na realidade e capaz de transformá-la.

O PPP, para ela, deve ser a base para se pensar de que sanitarista estamos falando. “Quem é nosso alvo de formação? Aquele sanitarista que nos últimos tempos talvez tenha se afastado da clínica, do atendimento diário, que talvez tenha falado das necessidades do sistema a partir de seu escritório de administração, seja no hospital, seja nos centros de saúde? Ou aquele trabalhador que está na ponta e precisa olhar para a saúde do ponto de vista da população? Como fazemos para chegar ao médico, ao enfermeiro, ao fisioterapeuta, ao psicólogo, a diversos profissionais que estão na ponta do serviço? Serão eles nossos alvos de formação?”, indagou.

Outra questão importante no debate é a necessidade de se chegar a municípios onde o acesso é difícil, às vezes até mesmo para os próprios estados. “Ao mesmo tempo em que cresce a possibilidade de atingir esses locais por meio de tecnologias diversas, é preciso pensar como se chega não apenas com informação, mas também com formação crítica. Como construir e acompanhar bons projetos de diálogo a distância? As novas tecnologias educacionais não devem servir apenas à distribuição social. Sozinhas, as pessoas não vão construir conhecimento crítico apenas a partir do material. A relação precisa ser mediada, dialogada, a troca de saberes é feita na mediação”, ponderou Tatiana. Para exemplificar o quanto essas tecnologias podem deixar a desejar, se mal aproveitadas, ela falou sobre mudanças no cotidiano de muitas pessoas: “A gente hoje pode ter whatsapp e não procurar mais as pessoas, pode ter facebook e não ir mais às festas

dos amigos. Da mesma forma, podemos ter milhares de materiais interessantes disponíveis na rede, e não conseguir mais construir projetos coletivos – como é o próprio SUS, que foi construído de maneira coletiva, dialogada, com disputas, conflitos, diferentes visões”.

Outro aspecto a ser avaliado é, para Tatiana, a necessidade de se pensar a formação não apenas no nível da pós-graduação, mas ainda durante a graduação de diversos tipos de profissionais, “antes que eles entrem numa lógica fragmentada da saúde”. Além disso, é preciso levar em conta que hoje já existe graduação em saúde pública. “Qual o espaço da especialização, diante disso?”, questionou ela.

Uma das necessidades mais imediatas talvez seja repensar a própria estrutura dos cursos. Tatiana deu como exemplo o da própria ENSP: “Ofertávamos um curso de carga horária intensa: durante um ano, havia aulas todos os dias da semana, em período integral. Mas como era possível alcançar os profissionais em serviço assim? Hoje temos outro modelo, com aulas duas vezes na semana – sabemos que, para muitos trabalhadores, mesmo essa carga horária é difícil de se cumprir. Esse é um desafio que temos enfrentado nos últimos anos com muito afinco”, disse.

A professora Rosa Souza apresentou brevemente o componente da formação em saúde pública presente no projeto *Acreditação pedagógica dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública e a Formação em Saúde Pública: uma possibilidade de caminhos convergentes*. “Quando começamos a discutir o projeto de acreditação, levamos em conta a observação de que as Escolas haviam deixado de incluir, em seu portfólio, cursos de saúde pública que eram realizados antes. Isso gerou um grande vácuo na formação de sanitaristas”, afirmou Rosa, dizendo que, com base nessa demanda, optou-se por incluí-la no projeto da Acreditação.

O grande objetivo desse componente é, portanto, melhorar a qualidade da oferta de tais cursos. E, entre os objetivos específicos, está a intenção de conferir às Escolas condições para desenvolver um novo ciclo de formação de sanitaristas no Brasil.

De acordo com Rosa, dez Escolas da Rede estavam inscritas no projeto, e cada uma realizaria um curso de um ano, com 380 horas/aula, com um total de 600 novos sanitaristas formados. Ela salientou ainda que, apesar desse limite inicial no número de Escolas, o projeto é um incentivo a que se realizem, posteriormente, outros de maior alcance.

Para aquecer o debate e promover uma oficina sobre o tema, foi entregue a todas as pessoas presentes uma lista de questões sobre a formação de sanitaristas.

Um dos pontos questionados foi o fato de que, hoje, há muitas especializações dentro das próprias saúde pública e coletiva – como gestão e auditoria, por exemplo –, o que talvez precise ser revisto, para que todo sanitarista seja capaz de analisar contextos e propor estratégias, dialogando com os especialistas de cada área.

A carência na formação de militância para o SUS foi citada como sendo, talvez, decorrente desse primeiro ponto – algo que pode ter sido perdido devido à necessidade de formar especialistas em áreas muito específicas. Afirmou-se que a saúde pública necessariamente está junto às ciências humanas e sociais, a discussões de planejamento e gestão, os determinantes sociais da saúde. Assim, o sanitarista deve ser capaz de entender a realidade e transformá-la; e, para compreendê-la, é preciso ter uma formação em diversos campos de saberes.

Também ficou claro que os potenciais alunos não são necessariamente apenas trabalhadores ‘tradicionais’ da saúde, mas também atores de diversos campos: biólogos, geógrafos, historiadores, cientistas sociais e muitos outros profissionais podem fazer parte do debate e contribuir com ele. Junto a isso, existe a necessidade de se trazer, para dentro dos cursos, a realidade dos territórios, e maneiras de se alcançar isso devem ser pensadas.

Falou-se ainda sobre necessidade de se manter um diálogo político com os governos, nas três esferas, de modo a incluir em seus planos a inserção profissional dos sanitaristas.

Por fim, o grupo apontou para a necessidade de realizar mais oficinas específicas sobre o tema, com a participação de mais atores, inclusive externos à RedEscola, que possam contribuir com a discussão.

Preparação para a 15ª Conferência Nacional de Saúde

A 15ª Conferência Nacional de Saúde aconteceu em dezembro de 2015, apenas cinco meses após o Encontro Nacional da Rede. Assim, esse espaço também foi usado para pensar as possíveis estratégias da RedEscola para a CNS.

Um representante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS), Esdras Daniel Pereira, falou sobre as potenciais formas de participação da Rede em todas as etapas do evento. Uma das mais interessantes seria a convocação de uma Conferência Livre – uma nova possibilidade aberta este ano pela organização da CNS, para potencializar a participação dos usuários e movimentos sociais.

Durante o Encontro, foram evidenciados dois objetivos que poderiam ser alcançados durante e após as discussões da CNS: dar visibilidade à Rede enquanto espaço de articulação política e aumentar o alcance das suas propostas para a educação na saúde. Para cumprir esses objetos, debateu-se a necessidade de se elaborar uma carta da RedEscola para circular antes da CNS, de modo a cumprir esses objetivos.

Tendo em mente o tema da Conferência – *Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro* –, bem como seus eixos e objetivos, foram identificados quatro grandes temas de interesse da Rede, e que não necessariamente estavam bem contemplados nos documentos da CNS: Educação Permanente em Saúde, educação continuada, regionalização e gestão do trabalho e fortalecimento das escolas de saúde pública.

A decisão foi que membros da Rede seguiriam se reunindo após o Encontro, virtual ou presencialmente, para a construção coletiva da carta.

O processo foi concluído em meados de novembro e o documento circulou livremente pela internet. Segue seu conteúdo, na íntegra: **(OU COMO ANEXO, VEJAM O QUE PREFEREM. NÃO COPIEI E COLEI PQ SÓ TENHO A VERSÃO EM PDF. COLAR DIRETO DO WORD)**

Agência de acreditação pedagógica e Educação a Distância

Como já era de conhecimento geral, a RedEscola tem desenvolvido um grande projeto de Acreditação Pedagógica. Um de seus elementos – a agência de acreditação pedagógica (AAP) – foi apresentado em maior profundidade durante o Encontro. A exposição foi feita pelo secretário executivo da AAP, José Inacio Motta, que falou sobre a construção, as agendas e os principais desafios da agência.

Tomando emprestado um pensamento do educador argentino Pablo Gentili, José Inacio disse que vivemos tempos difíceis, mas possíveis. Diz Gentili: “Vivemos tempos de exclusão e de guerra. Tempos onde a violência e a segregação se apoderam da vida de milhões de pessoas. Vivemos em um mundo onde o próprio mundo parece ser um privilégio daqueles que podem pagar pelo espaço que nele ocupam. Vivemos tempos de desencanto e desilusão. Tempos que pretendem reprimir o espaço da esperança. Tempos onde falar do possível acabou se tornando uma desculpa para esquecer o impossível. Tempos possíveis; ou seja, tempos sem possibilidades para que o impossível alimente sonhos, inspire lutas, construa projetos, edifique lutas”. De acordo com José Inacio, Gentili produz essa imagem do mundo atual para que possamos pensar o lugar que a educação ocupa neste mundo: é neste contexto que os processos educativos são inscritos, e é nele que se insere a ideia da AAP, que o pesquisador descreveu como “uma inovação tecnológica”.

A agência foi criada em setembro de 2014, no âmbito da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Além do apoio relativo à comunicação, informática e secretariado, a Abrasco reúne uma equipe de quatro pessoas estruturada para constituir a secretaria executiva da AAP.

Para instaurar o sistema de acreditação, são enfrentados quatro níveis de complexidade: o epistemológico, que diz respeito aos regimes de ‘verdade’ que estão sendo usados para nutrir os cursos; a da avaliação, que deve levar em conta os modelos que podem responder às necessidades de um sistema educacional inclusivo e diverso; o da educação, que diz respeito às referências epistemológicas e pedagógicas dos processos pedagógicos em questão; e o da saúde, que se refere à maneira pela qual a educação responde à ideia do conceito ampliado da saúde, no qual ela não é apenas um evento biológico, mas um problema complexo.

Inacio enumerou alguns consensos que já existem: o sistema deve ser inclusivo e não ranqueador; a qualidade deve ser referência para a construção dos processos; a autoavaliação institucional deve ser um dispositivo central; deve ser fomentada a articulação de redes colaborativas em torno de lições aprendidas, boas práticas realizadas e inovações pedagógicas; e deve haver estímulo permanente sobre as necessidades de formação para o SUS.

A agência está desenhada em torno de quatro estruturas:

a) O conselho diretivo de acreditação é sua instância política, que referenda os processos de acreditação e fomenta o debate sobre a formação para o SUS. Também é ele quem define o momento em que os dispositivos devem ser requisitados e revisionados. Atualmente ele é composto por membros da Abrasco, da RedEscola, do Conass, do Conasems, do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), mas existe também a ideia de convidar o Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Educação.

b) O comitê de acreditação dá o parecer final sobre os processos

c) O banco de avaliadores externos produz os relatórios que subsidiam o comitê de acreditação para suas decisões. Esse banco é formado por 15 avaliadores de todo o país que passaram por uma formação específica para exercerem essa função.

d) A Secretaria executiva é formada por quatro membros: o próprio Jose Inacio (ENSP/FIOCRUZ), Murilo Wanzeler (UFPB), Catharina Matos (ISC/UFBA) e Vinicio Oliveira (ISC/UFBA)

Os dispositivos básicos com o qual a AAP trabalha são o referencial da qualidade (que explicita os padrões de qualidade e os padrões de referência), o manual de acreditação (que trata de todo o sistema de acreditação e inclui um guia de referenciais para autoavaliação) e um termo de adesão.

Segundo José Inacio, como se trata de uma ideia inovadora, é preciso implementar ao mesmo tempo em que se ajusta a própria elaboração do processo. “Vamos aprendendo em ato”, resumiu o pesquisador. Em sua avaliação, esse é um dos principais desafios. Mas há outros: entre

eles, a criação de estratégias de sustentabilidade. O pesquisador afirmou que o debate em torno da AAP ainda é incipiente, e é necessário criar um debate constante sobre o temário.

Para concluir, ele apresentou uma reflexão de outro argentino, o pesquisador Carlos Skliar: “Educar é comover. Educar é doar. Educar é sentir e pensar não apenas na própria identidade, mas também outras formas possíveis de viver e conviver. Se isso não acontecesse nas escolas, provavelmente o deserto, o ermo, a seca ocupariam toda a paisagem dos tempos por vir”.

Educação a distância: transferência de tecnologia

A transferência de tecnologia da ENSP para a RedEscola foi abordada por Mauricio de Seta, coordenador da área de tecnologia educacional da Escola. A ideia é usar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle na oferta de cursos a distância, e, segundo Maurício, 20 instituições da Rede apresentaram interesse. Uma oficina foi realizada para examinar a viabilidade da transferência para cada uma delas, com base em sua infraestrutura local.

A nova cara da Rede

Desde que o Encontro Nacional 2016 foi convocado, ficou perceptível que, visualmente, algo tinha mudado. Desde a programação do evento até o material distribuído aos participantes, um novo padrão de cores, um novo design e – não é exagero dizer – uma nova linguagem estava surgindo nas peças da RedEscola.

Tudo isso eram pequenas pistas para o que seria apresentado em uma das palestras apresentadas pela equipe da Secretaria Técnica Executiva: a nova marca da Rede, que foi discutida ao longo de cerca de um ano nas reuniões do Grupo de Condução e, durante o Encontro, foi levada à análise e aprovação dos participantes.

Segundo Caco Xavier, integrante da STE, a mudança se devia a uma necessidade de rever a forma como a RedEscola vinha se apresentando, tanto para suas próprias instituições como externamente. Luana Furtado, também membro da STE, explicou que uma boa comunicação de marca é importante para a rede se identificar e se fazer conhecida. No entanto, ela chamou a atenção para o fato de que a ‘marca’ da RedEscola não se limita ao seu logotipo, à sua identidade visual ou mesmo a seus produtos e publicações. Uma identidade de marca bem construída, segundo Luana, é um “sistema cada vez mais orgânico”, que reúne todos os elementos ao redor de sistemas integrados. “Tudo o que acontece em todos os pontos – email, facebook, site, rodas de conversa, blogs, material gráfico – e a maneira como se dão essas interações, tudo isso é pura marca”, disse Luana.

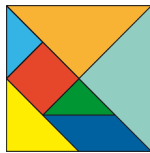
De acordo com ela, uma identidade de marca alimenta o reconhecimento, amplia a diferenciação e torna acessíveis grandes ideias e significados. E, para uma estratégia de comunicação eficaz no longo prazo, o posicionamento da marca se faz importante. “Trata-se de projetar uma imagem. Não um logotipo, mas uma imagem nossa que gere identificação no nosso segmento. Nosso segmento é o das redes de escolas. Como é possível fazer com que as pessoas identifiquem a ‘cara’ da nossa rede”?

Luana contou que, para pensar uma nova marca para a Rede, a equipe buscou inspiração no modernismo, que aponta para a renovação, a simplicidade e a funcionalidade. Às cores que já

faziam parte do universo da RedEscola, foi adicionada a azul, que, segundo Luana, acrescentou novas possibilidades.

Inspiração milenar

Em uma das reuniões do Grupo de Condução em que a nova marca foi discutida, a equipe da STE propôs que os participantes ‘brincassem’ com o tangram, um jogo chinês milenar.



Trata-se de um quebra-cabeças formado por sete peças, que são usadas para formar diferentes figuras. Há apenas três regras: para qualquer figura a ser formada, todas as peças devem ser usadas, todas as peças devem tocar em outras e as peças não podem ser sobrepostas.

Caxo Xavier explicou a oficina: “A ideia era fazer com que, jogando, as pessoas conseguissem visualizar e compreender o que é uma marca, mudando as formas”, narrou. Porém, a brincadeira acabou dando mais certo que o esperado. “Ao observar as regras do tangram, vimos que o próprio jogo era uma excelente metáfora para o conceito de rede: em uma rede, todas as ‘peças’ têm que ser utilizadas, devem estar em contato e não podem se sobrepor. O tangram era uma ótima imagem para nós”.

Assim, decidiu-se que o tangram seria usado para compor a nova logomarca da Rede. Em seguida, como conta Luana, teve início uma discussão sobre o próprio nome que seria usado na logo: “Usando as iniciais do nosso nome, formaríamos uma sigla sem sentido. Mas precisávamos de uma palavra curta, pois criar uma logotipo com tantas palavras seria impossível”.

O grupo começou a pensar em como a rede já é conhecida e tratada, tanto dentro como fora dela. “Percebemos que somos conhecidos como ‘rede de escolas’ e, a partir daí, chegamos à conformação RedEscola. O tangram seria aplicado numa das letras e decidimos formar, com o jogo, a letra E, inicial tanto de escola como de educação”.

O próximo passo foi buscar uma tipografia que se encaixasse bem com a ideia geral, e, assim, foi criada a logomarca, com possibilidade de ser usada de diversas formas:



Luana introduziu ainda a ideia de que, além do nome RedEscola para a logomarca, seria interessante que a rede adotasse um ‘nome fantasia’: “Quando as pessoas – incluindo nós mesmos – não conseguem pronunciar nosso nome corretamente na primeira tentativa, isso é um problema. Quem aqui consegue falar nosso nome de primeira? ‘Rede brasileira de escolas e centros formadores em saúde pública / saúde coletiva’. Não funciona. Quando convocamos pessoas para nossas atividades, às vezes elas nem sabem direito do que se trata. São ruídos na comunicação”.

Segundo Caco Xavier, é como se o nome da Rede fosse, na realidade, uma razão social. “Se pegamos como exemplo uma firma, sua razão social não expressa necessariamente o que ela é; ela precisa ter um nome fantasia pra mostrar, de cara, qual o seu produto, o seu valor. Nós percebemos que todas as palavras presentes no nosso nome social têm um sentido, uma razão de ser. Porém, para quem recebe essa informação quando nos apresentamos como rede, essas informações fazem pouco sentido”, afirmou.

Ele deu um exemplo simples para explicar melhor: “Na minha carteira de identidade está registrado meu nome completo, mas eu não preciso pronunciá-lo o tempo todo: apresento-me como Caco Xavier. Na Rede é a mesma coisa: se temos, no nosso regulamento, nosso nome completo, por que não podemos enxergar uma forma de a rede ser mais bem conhecida?”, questionou, emendando em uma sugestão: “Chegamos ao nome Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública”. Segundo Caco, o regulamento já explicita que o termo ‘escolas’ engloba todas as instituições que integram a Rede, incluindo núcleos e centros formadores, por exemplo. O termo ‘brasileira’ seria importante, inclusive, para uma atuação mais contundente em espaços e redes fora do país. E a palavra ‘pública’ se mostrava necessária, inclusive para demarcar o caráter público da Rede, de formação para o SUS.

O nome foi posto em discussão, para que os participantes opinassem sobre sua validade e eficácia. Houve um debate sobre o não aparecimento do termo ‘saúde coletiva’ no nome fantasia,

já que se trata de uma discussão teórica importante. Porém, chegou-se à conclusão de que seria melhor retirá-lo – não apenas porque, como já havia sido dito, isso tornava o nome muito extenso e de difícil memorização e pronúncia, mas também porque é um termo difícil de ser traduzido para outros idiomas, o que dificulta o reconhecimento internacional da Rede.

Tanto a ideia do tangram como as cores escolhidas para representar a nova identidade foram aprovadas pelo grupo, de modo que a equipe da STE foi autorizada a seguir naquela direção para seguir trabalhando a marca. Luana explicou que ainda havia uma lacuna a ser preenchida: era necessário construir uma declaração de posicionamento, ou seja, uma frase curta que explique o que a rede faz e por que ela existe.

Marco regulatório

No último dia do Encontro foi realizada uma oficina para discutir uma proposta de marco regulatório elaborada pela STE. Embora houvesse algumas normas de funcionamento, a RedEscola ainda não possuía regulamento, o que gerava algumas dificuldades – a exemplo do que aconteceu durante o Encontro Nacional de 2014, quando não havia um modelo a ser seguido para a eleição de novos membros do Grupo de Condução.

Foi feita a leitura coletiva do documento, para eventuais debates, supressões, alterações e acréscimos, e ele foi aprovado em plenária. Além de consolidar o processo das eleições, o documento confirma o novo nome a ser adotado pela Rede: Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola).